



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Lei Municipal n.º 1.197, de 30 de Junho de 1997

Cria o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Art. 2º. O Conselho de que trata esta Lei será constituído por quatro membros, sendo assim composto:

- a) um representante da Coordenadoria de Educação e Cultura;
- b) um representante dos professores e dos diretores das escolas públicas do ensino fundamental no Município;
- c) um representante de pais de alunos; e
- d) um representante dos servidores das escolas públicas do ensino fundamental no Município.

§ 1º. Os membros do Conselho serão indicados pelos setores que representam ao Prefeito que os designará, por meio de portaria, para exercer essas funções.

§ 2º. O mandato dos membros do Conselho será de dois anos, vedada sua recondução para o mandato subsequente.

Art. 3º. Compete ao Conselho:

- I - acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo Municipal de que trata esta Lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

II - supervisionar a realização do Censo Educacional Anual;

III - examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Parágrafo único. Os documentos previstos pelo inciso III deverão estar com seus valores devidamente atualizados.


Art. 4º. As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas mensalmente.

Parágrafo único: Caso seja necessário, poderá haver convocação extraordinária por qualquer de seus membros ou pelo Prefeito, mediante comunicação escrita.

Art. 5º. O Conselho terá autonomia em suas decisões.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Indianópolis, 30 de junho de 1997


Wesley José da Rocha Naves
Prefeito Municipal